

A RACIONALIDADE NA PSICOLOGIA DE SENSO COMUM

RATIONALITY IN FOLK PSYCHOLOGY

Luis Fernando dos Santos Souza¹

RESUMO:

Esse texto se propõe a apresentar e discutir a racionalidade humana no âmbito da Psicologia de Senso Comum. Para esta tarefa seguiremos a argumentação de Karsten Stueber e de outros teóricos, pró e contra a assunção da racionalidade para a compreensão das ações e crenças humanas. Começaremos por mostrar que o termo *racional*, tal como é ordinariamente utilizado, traz consigo uma ambiguidade que tentaremos diluir. Em seguida apresentaremos resultados de experiências empíricas que atestam que o homem não age nem toma decisões embasado em parâmetros racionais. Logo após, tentaremos com Stueber e com Gigerenzer contestar os resultados de tais testes empíricos. Por fim, teceremos alguns comentários gerais acerca da racionalidade e sua importância para a Psicologia de senso comum.

Palavras Chave: Filosofia da mente; Psicologia de Senso Comum; Racionalidade.

ABSTRACT:

This text aims to present and discuss human rationality within the Folk Psychology. For this task will follow the argument of Karsten Stueber and other theorists against the assumption of rationality to the understanding of human actions and beliefs. We will begin by showing that the rational term, such as is ordinarily used, brings an ambiguity that will try to dilute. Then we will present results of empirical experiments which confirm that the man does not act or make decisions grounded in rational parameters. Soon after, try to Stueber and Gigerenzer challenge the results of such empirical tests. Finally, we will weave some general comments about rationality and its importance to the Folk Psychology.

Keywords: Philosophy of Mind; Folk Psychology; Rationality.

Introdução

Quando nos perguntamos o que diferencia o ser humano dos outros animais, a resposta mais comum é a de que somos animais racionais, que tomamos atitudes de modo lógico e que os outros animais são incapazes de realizar tal feito. Parece, então, que o senso comum avaliza, quase sem ressalvas, a afirmação de que o ser humano é um animal racional. Neste ensaio discutiremos se é necessário assumirmos a racionalidade para o entendimento adequado da cognição humana segundo a psicologia do senso comum. Tomada como o elemento decisivo quando se trata de diferenciar o homem dos outros animais, a racionalidade está longe de conseguir unanimidade nos foros especializados de discussão, isto é, entre os filósofos da mente, psicólogos e cientistas cognitivos.

¹ Doutorando em Filosofia pela UFC. Professor de Filosofia do IFPI. Contato: luisfernando@ifpi.edu.br

Nosso objetivo neste ensaio será, na esteira do filósofo Karsten R. Steuber, contestar os resultados recentes da psicologia experimental, especialmente os exemplos de Amos Tversky e David Kahneman², que atestam que o homem não age racionalmente. Os experimentos a que foram submetidas algumas pessoas constataram que não agimos racionalmente, ou para sermos mais diretos, que somos seres irracionais (tese que goza de pouco apelo intuitivo). Deste modo, ao tomarmos nossas decisões utilizamos prioritariamente procedimentos que destoam dos melhores métodos e padrões de racionalidade, como a lógica e a teoria da probabilidade, por exemplo. Se nós aceitarmos tal resultado teremos que arcar com o ônus de abandonar, não apenas uma tradição milenar herdeira de Aristóteles³ como também, uma crença que goza de apelo intuicional muito forte: a crença de que somos agentes racionais. Esta concepção de que o homem é um ser de razão e que, portanto, suas ações são reguladas por ela, foi contestada por teóricos embasados nas recentes pesquisas que sugerem que a racionalidade é completamente dispensável quando se trata do entendimento de outras mentes e do comportamento humano. Tais pesquisadores, claramente opositoristas frente à tradição, apresentam provas empíricas para justificar seus postulados. Esta é a *concepção não racionalista da psicologia de senso comum*.

Para Steuber, a idéia de que o homem é um agente racional parece ser uma noção central no debate que envolve a psicologia do senso comum. Tal psicologia inclusive, salienta tal autor, seria mais bem definida como provedora de uma “explicação racionalizadora” (em um sentido ainda a ser definido). Segundo esse viés psicológico nosso comportamento é explicado a partir da atribuição de estados mentais (crenças, desejos, enfim, razões para agir) que se ligam causalmente ao ato em questão.

A estratégia de Steuber para salvar o conceito de racionalidade ameaçado pelas recentes pesquisas em psicologia será, primeiramente, a de apresentar equívocos e ambigüidades do termo em seu uso ordinário. Posteriormente mostrará que a questão está mal formulada e que na realidade as pesquisas mencionadas (e que mostraremos na seção seguinte) não afeta a concepção tradicional de homem como um ser racional, e deste modo recupera para a psicologia do senso comum o direito de utilizar tal termo teórico em suas investidas para entender a mente humana.

Claramente aqui nós confrontaremos duas posições teóricas dentro da psicologia de senso comum, uma que legitima a racionalidade e outra não-racionalista. Para que

² Prêmio Nobel de Economia em 2002.

³ Cf. Aristóteles, *Ética a Nicômaco*, Livro VI.

obtenhamos êxito e gozemos da clareza expositiva esperada nesse texto, dividiremos nossa exposição em três seções que serão dispostas da seguinte maneira. Na primeira seção faremos uma breve limpeza teórica a fim de desfazermos as confusões e ambigüidades de que o termo cerne do nosso ensaio, racionalidade, é passível. Na segunda seção apresentaremos um dos testes empíricos que visam justificar a ofensiva não-racionalista contra a concepção tradicional de homem como um animal racional, o *teller bank case*. Logo após, discutiremos os argumentos apresentados por Steuber, bem como um comentário breve acerca da posição de Gerd Gigerenzer, no sentido de apresentar uma alternativa a esta indesejável consequência irracionalista. Por último, teceremos algumas considerações.

1. Dois Modos de Conceber a Racionalidade

A racionalidade, enquanto um conceito aplicado à ação em seu uso cotidiano, é utilizada em pelo menos duas maneiras: (i) em um sentido objetivo e (ii) em um sentido subjetivo. O senso comum ao não levar em conta tal distinção aplica a categoria da racionalidade indiscriminadamente o que acarreta uma confusão teórica. É patente que o senso comum não é um conjunto de informações (conhecimentos) sistemático. O caráter a-metódico e não-técnico é uma característica muito peculiar e distintiva do senso comum, essa é uma das características que torna seu conhecimento diferente do conhecimento científico, por exemplo. Exigir do senso comum que faça uma análise minuciosa dos termos que emprega seria, no mínimo, fora de propósito. Todavia, a distinção entre as atribuições de racionalidade nas ações nos será útil aqui.

Steuber sugere uma situação em que fica claro como a depender da perspectiva (objetiva ou subjetiva) a racionalidade pode ser ou não atribuída. Quando há uma falha na consecução de um fim desejado e executado pelo agente podemos atribuir irracionalidade? Vejamos:

Se eu tento caminhar sobre o lago congelado a fim de chegar ao outro lado, crendo que o mesmo sustentará o meu peso, mas ocorre que o gelo cede e eu caio, minha ação tem que ser tomada como racional do ponto de vista subjetivo. É uma ação que pode ser esperada de todos os agentes racionais que tenham crenças e desejos. Do mesmo modo nós também podemos considerar a mesma ação como uma negligência objetivamente irracional do próprio agente que poderia ter percebido cognitivamente que o gelo não era resistente o bastante para sustentá-lo (Steuber, 2006 pág. 49-50)

Nosso desafortunado agente do exemplo acima pode ter sua ação considerada irracional uma vez que fracassou em sua meta de chegar ao outro lado do lago congelado, ou deve ser considerada racional já que sua ação seguiu exatamente sua meta⁴ e ele buscou executá-la do modo que achou mais correto? Essa questão não tem resposta fácil, mas delinearemos uma nos próximos parágrafos.

Começaremos pela racionalidade objetiva. A rigor, no caso acima, uma acusação objetiva de irracionalidade parece destoar daquilo que se entende comumente por racionalidade que, de um modo geral, esta atrelada à realização de um determinado objetivo do agente (poderíamos até mesmo perguntar se é possível que haja racionalidade sem agentes racionais e sem metas). Todavia, podemos compreender racionalidade dentro de um quadro amplo em que existem regras ou procedimentos, ou ainda evidências que poderiam ser observadas e não foram, deste modo o não cumprimento de uma espécie de dever para com a finalidade visada na ação poderia acarretar a acusação de irracionalidade⁵. Nesse caso o desleixo cognitivo que fez com o agente negligenciasse as possibilidades potenciais de malogro na ação possibilita que sua ação seja taxada de irracional. Mas, como bem salientou Stueber, “a caracterização de uma ação como racional ou irracional de um ponto de vista objetivo, não contribuiria em nada para a explicação causal de por que o agente agiu do modo como ele agiu, uma vez que razões objetivas não podem ser necessariamente entendidas/compreendidas como razões que o levaram a agir” (Stueber, 2006 p. 50).

Nesse caso a acusação de falta de racionalidade não toca aquilo que deveria ser levado em consideração, isto é, aquilo que o motivou e que fez com que escolhesse tal ou tal modo de executar aquela ação. Parece fazer mais sentido julgar a racionalidade de modo objetivo quando há um padrão público, acessível a todos e cuja finalidade das ações também é externa à mera vontade do agente. Vejamos um caso: um jogador de um time de futebol por qualquer motivo (razão) começa a fazer gols contra seu próprio gol. Sendo que o futebol tem um conjunto de regras publicamente acessíveis e compartilhadas por todos os jogadores, e ainda que traz consigo a meta explícita de se fazer gols no time adversário (temos que supor aqui que as regras do jogo trazem consigo uma racionalidade imanente, contudo, tal suposição não precisará ser aprofundada aqui), parece razoável supor que um jogador que deliberadamente

⁴ Nem toda teoria sobre metas permitirá que metas como [crer em impossibilidades lógicas] estejam entre as suas metas. Mas, se a teoria permite, não será racional buscar realizar essas metas, uma vez que se reconheça que elas são metas impossíveis de serem realizadas. Foley, 1993, p. 4. *apud* Siczkowski 2005.

⁵ Para uma versão do deontologismo doxástico *ver* Feldman “Obrigações Epistêmicas”.

faz um gol contra sua própria equipe pode ter sua ação taxada de irracional. Efetivamente os torcedores fazem esse juízo. No entanto, se sofisticarmos um pouco o caso de modo que o jogador tenha a meta de fazer gols contra e que disponha de razões muito fortes para isso (propina, ou vingança por não ter seu contrato renovado...), sua ação do ponto de vista subjetivo deveria ser considerada como racional. Neste último caso a desaprovação para com a ação de tal jogador terá muito mais sentido se for no intuito de denominá-la uma traição ou canalhice, mas alguém que faz um plano tão bem elaborado de sabotagem e executa-o com perfeição não pode ser considerado irracional⁶. Apesar da dificuldade de capturarmos o que exatamente significa racionalidade objetiva experimentos atestam que tal ‘atribuição intuitiva’ pode ser observado desde os primeiros meses da infância⁷.

Com base no que já falamos acima, parece que uma análise adequada da racionalidade deve levar em conta especialmente os aspectos subjetivos relevantes para que seja determinada a racionalidade ou não de uma ação. Mas se não houver um critério externo, leia-se objetivo, para se determinar a racionalidade na ação de um agente, então essa determinação somente pode ser feita em primeira pessoa. Apenas da perspectiva de primeira pessoa, verificando a meta do agente e suas razões, motivos, desejos, crenças... Poderíamos ter êxito na atribuição ou não de racionalidade. Mas, se só temos acesso ao nosso próprio conteúdo mental, o que na literatura filosófica recebe o nome de problema de outras mentes⁸, como podemos determinar a racionalidade dos outros? Os termos que descrevem os estados mentais não são claros o suficiente. É mesmo relevante considerar tais termos para a psicologia do senso comum? O próprio Stueber afirma acerca da necessidade da assunção da racionalidade como um elemento lógico no entendimento das ações sob o prisma da psicologia do senso comum:

Eu aproveito para dizer/afirmar que nossa prática de interpretação, predição ou explicação do comportamento de um agente nos termos da psicologia de senso comum não depende logicamente de assumirmos que sua ação foi racional *ou* que ele é um agente racional mesmo se concebermos a racionalidade no sentido subjetivo. Muito embora nós possamos certamente inquirir se uma ação em particular foi racional ou irracional, esta é uma questão avaliativa adicional. Isto não desempenha papel algum na identificação do comportamento com uma ação ou uma pessoa como um agente. Isto satisfaz meramente a função pragmática de expressar nossa aprovação ou desaprovação de uma ação ou de um agente para influenciar o comportamento dele. (Stueber, 2006 págs. 51-52).

⁶ Para uma abordagem mais detalhada acerca da racionalidade subjetiva ver: Foley “Epistemic Rationality and Scientific Rationality” 1987, p.233-250.

⁷ C.f. referências estão em Stueber 2006, pág. 50-51.

⁸ Conferir em Churchland 2006 págs 116-123.

Será mesmo que a psicologia de senso comum pode prescindir da atribuição de racionalidade para compreender corretamente as ações humanas? Há uma vertente que sugere que sim com base em experimentos realizados nos últimos quarenta anos de estudos em psicologia. O resultado sugere que o homem não age segundo um modelo padrão de racionalidade e que, por isso, a sua auto-imagem como um animal racional estaria ameaçada⁹.

2. O ser humano age de modo racional?

A versão que assume a não-racionalidade na psicologia de senso comum apela para as evidências empíricas colhidas nos experimentos psicológicos em favor de suas teses. Os resultados dos testes realizados dão conta de que o ser humano (de um modo geral) não age predominantemente de modo racional seguindo os melhores métodos e padrões normativos de avaliação, mas sim de modo heurístico. Tal acusação (que, conseqüentemente, abala nossa velha concepção antropológica) deve ser esclarecida a fim de que o termo racional, tal como está sendo empregado aqui, fique livre de maus entendidos.

Para esses pesquisadores agir racionalmente do ponto de vista inferencial requer que nossos raciocínios sigam os “modelos padrão de racionalidade”. De acordo com esses modelos, nosso procedimento inferencial pode ser considerado racional somente se eles se conformam “com os princípios de raciocínio que estão baseados nas regras da lógica, teoria da probabilidade e assim por diante” (Stein 1996, pág. 4).

Segundo Stueber, os vários experimentos realizados pelas ciências cognitivas sustentam a tese de que os seres humanos falham em reconhecer a validade de inferências lógicas, que não são muitos bons em associações e que “tendem a persistir e perseverar em suas crenças a despeito das evidências contrárias¹⁰” (Stueber, 2006 pág. 52).

Apresentaremos um dos mais famosos estudos da literatura recente, trata-se do caso de Linda (conhecido também como o caso da caixa de banco) elaborado no entorno dos anos setenta por Amos Tversky e David Kahneman¹¹. Nessa experiência tais pesquisadores intentam demonstrar nossas falhas no entendimento lógico e a utilização de um tipo heurístico de raciocínio. O referido estudo consiste na descrição de uma rápida estória sobre Linda.

⁹ Cf. um excelente estudo sobre essas querelas acerca da racionalidade em: Stein (1996).

¹⁰ Filósofos evidencialistas, como Feldman, atestam que é “irracional crer em algo com evidência insuficiente”, como pode ser constatado em Feldman 2004, p. 116ss.

¹¹ Especialmente em Tversky, A. and Kahneman, D. (1983) ‘Extensional Versus Intuitive Reasoning: The Conjunction Fallacy Improbability Judgment’, *Psychological Review* 90: 293-315.

Depois eles deram oito opções acerca de Linda e pede que os pesquisados escolham a mais provável:

Linda tem 31 anos, é solteira, sincera e brilhante. É formada em filosofia. Quando estudante era profundamente preocupada com questões de discriminação e de justiça social, também participou de manifestações anti-nucleares.¹²

Após está breve caracterização sobre Linda, os pesquisados deveriam ordenar as proposições abaixo do modo como achassem mais provável de ser verdadeiro com relação a ela:

1. Linda é professora na escola primária;
2. Linda trabalha numa livraria e faz aula de Yoga;
3. Linda é ativista do movimento feminista (F);
4. Linda faz trabalho social em psiquiatria;
5. Linda é membro da Liga das Eleitoras;
6. Linda é caixa num banco (C);
7. Linda é vendedora de seguros; ou
8. Linda é caixa num banco e ativista no movimento feminista (F&C). (Tversky e Kahneman 1983).

A intenção dos pesquisadores ao descrever o perfil de Linda era fazer com suas características parecessem compatíveis com as de uma feminista (F), mas que não fosse compatível com as de uma caixa de banco (C) (há uma espécie de direcionamento tácito para a opção (F)). Deste modo seria muito mais provável que os pesquisados escolhessem a opção (F). O que se constatou na pesquisa.

Mesmo quando os pesquisadores pediram para que a escolha fosse feita entre as opções (C) e a opção (C ^ F) a grande maioria, 85%¹³ das pessoas escolheram a conjunção (C ^ F), pois esta lhes pareceu mais provável do que apenas (C), isto é, ser apenas caixa de banco pareceu menos provável sobre Linda do que ser caixa de banco e feminista. Do ponto de vista da probabilidade a ocorrência de um evento obedecendo a duas variáveis é menos

¹² Linda is 31 years old, single, outspoken, and very bright. She majored in philosophy. As a student, she was deeply concerned with issues of discrimination and social justice, and also participated in anti-nuclear demonstrations. Linda is a teacher in elementary school; Linda works in a bookstore and takes Yoga classes; Linda is active in the feminist movement (F); Linda is a psychiatric social worker; Linda is a member of the League of Women Voters; Linda is a bank teller (T); Linda is an insurance sales person; Linda is a bank teller and is active in the feminist movement (T&F). (tradução nossa).

¹³ É tentador pensar que o mero conhecimento de probabilidade pudesse amenizar essa grande falha de raciocínio nomeado de 'falácia da conjunção' (SAMUELS, R et al 2004, pág. 5). Mas os pesquisadores dividiram três grupos de acordo com o nível de escolaridade: (i) Leigos (ii) Graduandos e (iii) Alunos de doutorado, mas em todos os níveis se constatou a mesma falha inferencial.

provável de ocorrer do que quando obedece apenas a uma. É mais provável que ocorra (C) do que $(C \wedge F)$. Stueber ainda nos lembra que na lógica “a verdade de um dos conjuntos não implica na verdade da conjunção”¹⁴ (Stueber, 2006 pág. 53).

Tversky e Kahneman tentaram mostrar em suas pesquisas como funciona a mente humana quando se tem de tomar uma decisão dispondo apenas de informações limitadas, isto é, insuficientes para um julgamento seguro. Como então é possível decidir acerca do que Linda faz com tão poucas informações a esse respeito? Segundo os pesquisadores este modo de raciocínio denomina-se heurística. Esse tipo de raciocínio não funciona segundo os princípios da lógica tampouco da probabilidade, segundo apurou a pesquisa. Quando uma das hipóteses parece fazer mais sentido, ser mais freqüente ou mais representativa, tendemos a escolhê-la porque ela nos agrada mais. E essa rápida opção pela primeira alternativa ofusca nosso raciocínio matemático, relegando avaliações probabilísticas a um segundo plano.

As consequências desses experimentos para a psicologia do senso comum foram muito significativas. Os pensadores de posição não-racionalista¹⁵ colocaram em cheque uma concepção que parecia central para o debate em questão, a de que o homem é um animal racional. Será mesmo que os resultados dessas pesquisas podem legitimar essa conclusão? Veremos na seção abaixo como esses resultados foram vistos por Stueber e, mais brevemente, por um dos maiores críticos dos resultados desse experimento, Gerd Gigerenzer.

3. Em defesa da racionalidade humana

Longe de desqualificar o resultado dos estudos apresentados na seção anterior, Stueber irá apenas negar suas consequências mais indigestas¹⁶. Afirmar que o homem não é um ser

¹⁴ No raciocínio disjuntivo basta que um dos disjuntos seja verdadeiro para que a disjunção o seja. Ex: Se fosse para escolher entre as proposições $(C \vee F)$ ou (C) apenas, ai sim seria muito mais provável de ocorrer a disjunção do que apenas (C), já que a verdade da disjunção estaria garantida logicamente se apenas (F) fosse o caso.

¹⁵ Eles foram vistos como que repudiando diretamente nossa auto-concepção como animais racionais, desde que nós “carecemos de um programa correto para muitas tarefas importantes de julgamento” (Slovic, Fischhoff, and Lichtenstein 1976, 174): assim, “nos passos de Aristóteles, pode ser argumentado que o comportamento irracional é a norma não a exceção” (Sutherland 1994, vii). Filósofos naturalisticamente inclinados, como Stephen Stich, declararam que a concepção tradicional de ‘homem como um animal racional’ tem sido seriamente minada por essa pesquisa (Stich 1994, 337). Em sua opinião ele repudia conclusivamente a idéia de que a psicologia de senso comum depende da assunção da racionalidade, uma vez que somos capazes interpretar e compreender os sujeitos daqueles experimentos psicológicos na estrutura (framework) da psicologia de senso comum apesar da irracionalidade do raciocínio (reasoning). (Stueber 2006, pág. 54)

¹⁶ Eu estou mais do que feliz em admitir que o ser humano *por vezes* (at times) e *em certos contextos* desvia-se sistematicamente do modelo padrão de racionalidade. Todavia, eu não estou disposto a conceder que a

racional pela constatação de que ele não age segundo os melhores padrões da racionalidade parece a Stueber, bem como a Gigerenzer, um pouco forçado. A estratégia seguida por Stueber será argumentar em favor da racionalidade em outros termos, negando o salto inferencial empregado pelos pesquisadores acima mencionados. Já Gigerenzer, ao contrário de Stueber, criticará diretamente o modo como os experimentos foram conduzidos gerando problemas nos raciocínios probabilísticos, como já vimos. Começaremos com Stueber e em seguida apresentaremos as considerações acerca do nosso segundo pensador em pauta nesta seção.

Segundo Stueber (*idem* p.55), os teóricos não-racionalistas assumem duas pressuposições: (i) que nossas melhores teorias da lógica, probabilidade, e a tomada de decisões articulam os padrões apropriados para a avaliação do comportamento como racional e irracional, e eles tendem a exigir (ii) que para uma pessoa ser considerada racional a mente dela tem que ser programada de acordo com princípios racionais assim concebidos”.

O Argumento acerca da irracionalidade humana pode ser apresentado de modo mais adequado nesses termos:

1. Nossas melhores teorias da lógica, probabilidade e de tomada de decisão articulam padrões apropriados para a avaliação do comportamento como racional ou irracional.
2. Humanos são animais racionais se e somente se a mente deles é racionalmente organizada; isto é, eles são racionais se e somente se são programados de acordo com os princípios das nossas melhores teorias normativas da racionalidade.
3. Se nossas mentes são programadas racionalmente, então nosso comportamento (incluindo nosso raciocínio) se conformaria suficientemente aos princípios das nossas melhores teorias normativas.
4. Os experimentos psicológicos citados acima mostram que nosso comportamento não se conforma suficientemente aos princípios das nossas melhores teorias normativas.

Portanto, segue-se que os homens não são animais racionais. (Stueber 2006, p. 55).

Segundo Stueber da união entre as premissas (1) e (2) surge o que ele denominou de ‘modelo cognitivo de racionalidade’. Contudo, dentro desse contexto há pelo menos duas tentativas de salvar a racionalidade humana ameaçada pelo poderoso argumento esboçado acima. A primeira delas, de inspiração chomiskiana, sugere em acordo com a premissa (2) que

concepção de não-racionalidade da psicologia do senso comum se segue (follows) ou que o ser humano não pode mais ser concebido como um animal racional. (Stueber 2006, pág. 55)

nós somos programados segundo as melhores teorias, mas há problemas de performance. Isto é, o problema não está no programa, mas na efetivação comportamental deste programa. O segundo modo é atacar a premissa (1) alegando que os padrões de racionalidade nela contido não contemplam seres humanos reais, mas que somente seriam alcançados por ser humanos ideais, ou alienígenas. Essa segunda alternativa visa propor uma redução nos padrões normativos de avaliação da racionalidade para que estes possam de adequar às capacidades limitadas e finitas dos homens em geral.

Ambas as propostas, não entraremos no mérito delas aqui, sugerem alternativas ao problema em questão, mas Stueber vê nelas algumas limitações¹⁷ e propõe então a sua alternativa. Para o filósofo aqui em questão, é necessário que se tenha um padrão normativo a partir do qual se decidirá se as ações são ou não racionais. Esses padrões podem perfeitamente ser nossas melhores teorias da lógica, probabilidade... Todavia, a racionalidade ou não de uma ação não deve ser definida estritamente sob esses termos. Ou seja, o fato de o homem não agir na maioria das vezes com base nas melhores teorias de racionalidade disponíveis, não implica que ele seja irracional.

Para explicar melhor sua tese Stueber propõe um alargamento do conceito de racionalidade. Essa versão de racionalidade comporta graus e sua atribuição ou não a uma ação engloba aspectos contextuais que são muito complexos. Segundo Stueber (2006, pág. 59):

A questão de se nossa teoria da lógica, probabilidade e tomada de decisão também fornece a melhor teoria normativa da racionalidade, no final das contas, não é central para decidir se o argumento da irracionalidade é bem sucedido em negar ao ser humano o status de animal racional no sentido tradicional. [...] A concepção de homem como animal racional nunca pressupôs o modelo cognitivo de racionalidade humana que os pensadores de hoje frequentemente assumem. O debate corrente acerca da questão de se ou não seres humanos podem ser reconhecidos como animais racionais dentro do modelo cognitivo está, portanto, fundamentalmente em desacordo com o modelo tradicional da racionalidade humana.

Segundo as teorias que assumem o argumento esboçado no início desta seção, o homem pode ser considerado racional se e somente se o seu comportamento se adequa às melhores teorias. Contudo, segundo a visão tradicional de homem como um animal racional não sugere esse ‘normativismo formalista’. Agir racionalmente é agir segundo razões. As razões devem ser julgadas do ponto de vista normativo como boas ou más. Contudo, uma má razão também é uma razão, e se algum homem age segundo uma série de más razões ele não

¹⁷ C.f. Stueber 2006 pág. 56-58.

deve ser considerado irracional, mas pouco racional (ou moralmente ou epistemicamente descuidado). Esses padrões de racionalidade dos quais o argumento acima faz uso são relativamente recentes (datam de meados do séc. XX) e sua aplicação é restrita. Inferir com base neles que o homem é irracional é forte demais. O que Stueber parece estar querendo dizer é que para que o homem seja considerado racional não é preciso que suas ações estejam ensejadas por crenças altamente prováveis ou certas do ponto de vista da lógica, mas que tenha razões para agir e que aja segundo elas dentro de um quadro normativo. Se é assim as pesquisas empíricas realizadas não teriam o poder de colocar por terra uma concepção que a Stueber parece essencial, a de que a assunção da racionalidade humana é fundamental para a psicologia de senso comum.

Gigerenzer, ao contrário de Stueber, contesta os experimentos feitos por Tversky e Kahneman¹⁸. A questão levantada foi em que medida houve um erro de raciocínio nos pesquisados ou se não poderia ter havido uma má formulação da pergunta guia da pesquisa acerca da ocupação de Linda.

A crítica mais patente desse filósofo é que ao privilegiar os aspectos lógico-probabilísticos na determinação da racionalidade ou irracionalidade Tversky e Kahneman não se ativeram para o contexto do problema, o que pode acarretar falhas na interpretação¹⁹. Falhas essas que podem ter sido responsáveis pelo péssimo desempenho dos participantes. O próprio termo “provável”, sem uma clara definição, pode dar margem para se compreendê-lo como aquilo que é mais intuitivo, evidente ou ainda, mais plausível. Segundo esse filósofo se a pergunta acerca de Linda fosse elaborada de um outro modo, os resultados seriam bem diferentes. A tomada de decisão depende em grande parte de como os dados são interpretados. Assim, Gigerenzer (em seu livro *O poder da Intuição: O inconsciente dita as melhores soluções.*) afirma que "o problema de Linda - e outras centenas de estudos subsequentes elaborados para descobrir que condições levam as pessoas a raciocinar mais ou menos logicamente - ilustra como a fascinação pela lógica leva pesquisadores a fazer as perguntas erradas." E perguntas erradas conduzem naturalmente, a conclusões erradas. Deste modo não seria a racionalidade humana que estaria sob júdice, mas o experimento que quis contestá-la.

¹⁸ A contestação foi feita na realidade por Gerd Gigerenzer e Ralph Hertwig (1999) em *The conjunction fallacy revisited: how intelligent inferences look like reasoning errors.*

¹⁹ Tversky e Kahneman escreveram uma replica a Gigerenzer que pode ser lida em: On the reality of cognitive illusions: A reply to Gigerenzer's critique. *Psychological Review*, 103, 582-591 (1996).

Considerações Finais

O tema da racionalidade é realmente fascinante e muito complexo para que todas as suas nuances fossem apresentadas aqui, mas, esperamos ter deixado claro a questão e as propostas que foram elaboradas pró e contra a assunção da racionalidade como um elemento necessário para uma análise adequada da psicologia de senso comum.

A título de considerações, nos solidarizamos com a abordagem stueberiana apresentada aqui quanto à defesa da racionalidade humana. Concordamos que é um exagero exigir que nossos padrões ordinários de comportamentos sejam regulados e julgados quanto à sua racionalidade ou a falta dela sob o prisma de padrões tão elevados, como o da lógica e da probabilidade. Apesar desses padrões normativos, de fato, serem os melhores, a inadequação com eles não define a irracionalidade de uma ação. No máximo ele atesta que nossa ação não foi tão racional quanto o desejável, mas que também é racional em alguma medida.

Para finalizarmos somos partidários da idéia de que racionalidade nada tem a ver com agir segundo a lógica etc. Mas que diz respeito ao modo como nós procedemos na perseguição de certas metas. Racionalidade parece ser outro nome para o mérito dos nossos procedimentos que são bem sucedidos na realização de uma meta pessoal²⁰. Se os procedimentos são bons, por exemplo: seguir boas evidências para a efetiva realização de determinada ação, dizemos que a ação é racional e quando o oposto ocorre dizemos que o agente não agiu de modo racional. Ser irracional parece implicar ter como meta algo impossível de ser realizado por um ‘método’ adequado, como assistir ao próprio funeral ou derivar ações de crenças patentemente contraditórias. Esses procedimentos podem ser taxados de irracionais por conduzirem o agente para o oposto do que ele almeja. Após essas breves considerações e depois de tudo o que dissemos reiteramos nossa convicção de que assumir a racionalidade é algo útil para a psicologia de senso comum e que negar o atributo de racional com base nos experimentos empíricos é no mínimo correr o risco de estar sendo epistemicamente precipitado.

²⁰ A racionalidade pode ser entendida como justificação na epistemologia (ver Feldman, 2004, pág. 63).

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ADLER, J. E. Rationality of belief. In: *Routledge Encyclopedia of Philosophy*, Version 1.0, London: Routledge.

_____. (1991) 'An Optimist's Pessimism: Conversation and Conjunction', in E. Eells and T. Maruszewski (eds) *Probability and Rationality*, Amsterdam: Poznan, p. 251-82

ARISTÓTELES. (1996). *Ética a Nicômaco*. São Paulo: Nova Cultural (Os Pensadores).

CHURCHLAND, P. M. (2004) *Matéria e Consciência: Uma introdução contemporânea à filosofia da mente*. Trad. Maria Clara Cascato. São Paulo: UNESP.

FELDMAN, R.; CONEE, E. (2004). "Evidentialism". In: LUPER, Steven. *Essential Knowledge. Readings in Epistemology*. New York : Pearson Longman.

_____. (1988). "Epistemic Obligations". In: TOMBERLIN, J. (ed), *Philosophical Perspectives*, 2. Ridgeview Publishing Co., p. 235-256.

FOLEY, R. (1987). "Epistemic Rationality and Scientific Rationality". *International Studies in the Philosophy of Science*. Volume I, Number 2.

GIGERENZER, G. (2009). *O poder da Intuição: O inconsciente dita as melhores soluções*. São Paulo: Ed. Best Seller,.

HERTWIG R & GIGERENZER, G. (1999). The 'conjunction fallacy' revisited: How intelligent inferences look like reasoning errors. *Journal of Behavioral Decision Making*. 12 (4), p. 275-305.

KAHNEMAN, D.; TVERSKY, A. (1996). "On the reality of cognitive illusions: A reply to Gigerenzer's critique". *Psychological Review*, 103, 582-591.

SAMUELS, R; STICH, S; FAUCHER L. (2004). "Reason and Rationality". In: NIINILUOTO, I.; SINTONEN, M. *Handbook of Epistemology*. Dordrecht: Kluwer, p. 1-50.

SIECZKOWSKI, J. B. C. (2005). *A Racionalidade Egocêntrica em Richard Foley*. Tese de Doutorado. Porto Alegre. PUC-RS.

STEIN, E. (1996). *Without Good Reasons*. Oxford: Clarendon Press.

STUEBER, K. R. (2006). "Rediscovering Empathy – Agency, Folk Psychology and the Human Sciences". *A Bradford Book*. Massachusetts Institute of Technology.

TVERSKY, A.; KAHNEMAN, D. (1983). "Extensional Versus Intuitive Reasoning: The Conjunction Fallacy Improbability Judgment". *Psychological Review*, 90 p. 293-315